



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008063-56.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Edi Carlos de Oliveira Vianna**
 Requerido: **Associação de Atendimento Educacional Especializado - Aae**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

EDI CARLOS DE OLIVEIRA VIANNA ajuizou ação (nominada) de **COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS** contra **A.A.E.E. - ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**, alegando, em resumo, que padece de doença congênita que compromete-lhe a parte motora e neurológica e recebeu atendimento especializado da acionada, por 10 anos. Sua matrícula para o ano letivo de 2017 foi recusada, vez que imposta contraprestação pecuniária mensal de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), valor incompatível com a possibilidade financeira do núcleo familiar e ilegal, em razão de Termo de Colaboração firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e a acionada. Explica que houve ação judicial precedente, na qual foi reconhecido seu direito à frequentar a entidade. Apontando a ilegalidade da conduta da acionada e inegáveis danos que suportou pela interrupção abrupta do atendimento educacional, pleiteia a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais, estimados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Citada, a acionada apresentou contestação, arguindo, preliminarmente, a ilegitimidade passiva. No mérito, rebateu a postulação inicial destacando sua condição de entidade filantrópica, em dificuldades financeiras, e que os representantes dos autores se recusaram a comprovar os rendimentos da família. Acrescenta que, sem os valores solicitados o atendimento tornou-se inviável. Impugnou, ainda, a indenização pretendida.

Houve regular intervenção do d. Representante do Ministério Público.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Reputo desnecessária a audiência de conciliação/mediação.

Apesar de sempre salutar a tentativa de aproximação das partes, nada indica, no caso dos autos, para a possibilidade de transação. Os litigantes não acenaram a tanto.

O pedido de justiça gratuita à acionada deve ser deferido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pertinente relembrar que, em conformidade com a regra do art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil, a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência destina-se à pessoa natural. *Contrario sensu*, à pessoa jurídica, como é o caso da acionada, impõe-se postura mais colaborativa no processo, com os necessários esclarecimentos sobre sua condição financeira, pena de excluir-se da benesse.

Nesse sentido, aliás, é o entendimento cristalizado no verbete da Súmula 481, do Superior Tribunal de Justiça:

"Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (grifei).

E, no caso, a acionada apresentou documentação apta a convencer o juízo da ação filantrópica e de sua deficiência financeira.

Por isso, **defiro** à requerida os benefícios da justiça gratuita. Anote-se e observe-se.

No mais, trata-se de ação na qual o autor postula indenização por danos morais, apontando a ilegalidade na recusa de sua matrícula, pela acionada.

A questão processual aventada (ilegitimidade) refere-se, em verdade, ao mérito da postulação.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Registre-se, por primeiro, que a discussão existente entre as partes sobre a ilegalidade, ou não, da recusa da matrícula, ou da pretensão de condicioná-la ao pagamento de uma mensalidade, deu-se na ação judicial precedente, com as respectivas decisões judiciais a respeito.

Neste processo, contudo, inviável a pretendida condenação da requerida ao pagamento da indenização pretendida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, como mencionado, a ilegalidade da exigência debateu-se na seara adequada e lá foi solucionada.

Embora a decisão proferida pela Colenda E. Superior Instância sugira possível ilegalidade na postura da requerida, inviável que se reconheça a existência de lesão moral a justificar a pretendida indenização, mantendo-se a lide como mero desencontro contratual que, como se sabe, não dá ensejo à pretendida indenização imaterial.

Pertinente pontuar, ainda, que as informações trazidas ao processo apontam para vulnerabilidade bilateral, pois a acionada, como já reconhecido, é entidade carente de recursos financeiros, de modo que factível a versão por ela apresentada, de que o atendimento do autor, somente com a subvenção estatal, seria inviável.

Por se tratar de entidade de benemerência, e não empresarial, a indenização por danos morais buscada, se concedida, antes de assumir caráter pedagógico, poderia convolar-se em desincentivo a instituições similares na prestação de seus serviços, de aspectos voluntários e humanitários.

Indevida, portanto, por conta da divergência entre os litigantes, a pretendida indenização por danos morais.

Nessa diretriz, é o escólio de Sérgio Cavalieri Filho: *“só deve ser reputado como dano moral a dor, o vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, aponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos”* (Programa de Responsabilidade civil, 10ª, edição, pág.93).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em suma, não há como reconhecer a existência de lesão aos direitos de personalidade do autor, não havendo danos morais a serem indenizados.

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **EDI CARLOS DE OLIVEIRA VIANNA** contra **A.A.E.E. - ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**, rejeitando o pedido inicial. Sucumbente, o autor pagará honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 23 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**